

CARLOS FORTUNA *

DESCOLONIZAÇÃO, O FIM DE UM CICLO:
PORTUGAL, A ÁFRICA
E A ECONOMIA CAPITALISTA MUNDIAL

«We study trends in an attempt to go behind events and to make orderly sense of them».

C. Wright Mills, *Sociological Imagination*

Olhar, em 1985, para a acção de Portugal em África, recorda-nos, desde logo, duas datas cuja evocação justifica o interesse em escrever o presente texto. Em primeiro lugar, o ano de 1985 recorda-nos os cem anos passados desde a Conferência de Berlim, em que foram formalizados os termos a observar no estabelecimento da quadrícula colonial do continente africano, que os poderes europeus vinham, de modo informal, a concretizar já desde algumas décadas. Em segundo lugar, 1985 marca a passagem da primeira década sobre o termo do papel colonial de Portugal em África. Berlim representa pois o ponto alto de um *longo ciclo colonial capitalista*. A independência da África portuguesa representa, por seu turno, o termo desse mesmo ciclo colonial.

Aquilo que, à primeira vista, pode significar uma mera coincidência de efemérides, torna-se, porém, num dos pressupostos metodológicos da análise que aqui se propõe. Por outras palavras, sugere-se a transferência da análise da *década da descolonização* (portuguesa) para a análise do *século da colonização* (africana). Procura-se, assim, pelo recurso a uma perspectiva histórica de *longa duração*, entender a colonização para ajudar a situar o seu *alter ego* — a descolonização. Por isso se fala neste

* Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

texto de 2.º *longo ciclo colonial* ⁽¹⁾. Outro pressuposto metodológico, aliás intimamente relacionado com o primeiro, refere-se à adopção de uma dimensão de *larga escala* que permita dar conta das transformações ocorridas no conjunto do sistema capitalista moderno e, concomitantemente, dos modos como tais transformações se materializam desigualmente consoante os diferentes lugares estruturais — centro, semiperiferia e periferia — ocupados por também diferentes estados nacionais na divisão social capitalista do trabalho. Por isso se refere aqui a *economia capitalista mundial* ⁽²⁾.

Poder-se-á perguntar então, ao assumir-se esta dupla perspectiva — *longa duração* e *larga escala* —, que lugar se reserva ao colonialismo português e, em particular, ao seu termo. Não estaremos perante uma renovada versão da «dialéctica» da árvore e da floresta? Não subsistem dúvidas sobre as especificidades da política e da acção coloniais portuguesas. Não existe igualmente qualquer intenção de as subsumir nos padrões gerais do colonialismo e da descolonização. O que existe é a convicção de que especificidades, se e quando as há, devem ser analisadas por referência a modelos ou tendências históricas mais gerais. O específico, em si, não quer dizer excepção e, enquanto tal, só o é por referência a uma regra mais ou menos universal. Não se rejeitam, portanto, as particularidades dos processos, antes se sugere a cautela contra o erro, tão frequente em ciências sociais, de privilegiar o particular onde o geral prevalece.

O que o colonialismo português tem de diferente é essencialmente o facto de ter sido exercido por um estado sem os recursos políticos, económicos, financeiros e militares dos seus pares. Pode dizer-se que o que é diferente é o facto de ter sido um colonialismo exercido por um estado semiperiférico, isto é, por um país que tende «a produzir produtos manufacturados para o mercado interno... mas também exportador de produtos primários, desempenhando o papel de parceiro periférico face aos países centrais e de parceiro central face a alguns países periféricos» (Wallerstein, 1979: 247).

⁽¹⁾ A ideia dos longos ciclos coloniais aqui presente é subsidiária do trabalho de Bergesen e Shoenberg (1980), no qual os autores promovem uma análise baseada na recolha empírica de Henige (1970). Assim, deve esclarecer-se que por *colonial* se entende, não o controlo informal de dependências, mas o estabelecimento de regras formais de controlo, o que nos aproxima do que Balandier (1951) considerou tratar-se de uma *situação colonial*.

⁽²⁾ Assume-se aqui a conceptualização de Wallerstein (1979; Cap. I; Parte I)

Partindo-se desta caracterização geral do estado semiperiférico, torna-se clara a articulação dos dois níveis definidores da situação estrutural do estado português colonial, nela residindo a especificidade deste último. Por um lado, nota-se uma situação de *subordinação* ao nível (económico) da divisão do trabalho, entendida aqui a partir da longa fixação da economia portuguesa à condição de produtora de manufacturas para o mercado interno, sintomática da sua fraca competitividade no mercado mundial desses produtos, a que se alia a situação de país exportador de bens primários. Daqui decorre o papel de Portugal enquanto «parceiro periférico» dos países centrais. Contudo, por outro lado, ao nível (político) das relações coloniais, Portugal exerceu uma posição *dominante* dada a manutenção de colónias em África, tornadas a «sua» periferia, em relação às quais desempenhou o papel de parceiro central. Ao nível do sistema mundial, e na confluência destas duas condições, Portugal surge a ocupar um lugar estrutural único, mais do que simplesmente diferente. Uma tal situação ambivalente poderia ser representada como na figura a seguir, salvaguardadas as cautelas devidas por outras situações também ambíguas⁽³⁾.

D i v i s ã o d o T r a b a l h o	Relações Coloniais	
	Poder Colonial	Colónia
Dominação	Inglaterra, França, Alemanha, etc.	(Austrália) (Canadá)
Subordinação	Portugal	Angola, Moçambique, etc.

Com o termo do colonialismo português em 1975, que representa o final do eixo das «relações coloniais», entra-se numa fase de profunda remodelação das condições estruturais

(3) Não se ignoram as dificuldades em preencher o lugar em que se cruzam uma situação colonial subordinada com uma posição económica dominante.

que antes caracterizavam a semiperiferialidade portuguesa. É de crer que se está então perante um período de redefinição, *no interior* do universo da semiperiferia, dos parâmetros que regem a articulação da economia e do estado portugueses no conjunto do sistema mundial (4).

Retomando o caso do colonialismo português, deve salientar-se que a sua diferença, face a outras experiências coloniais reside também em ter sido a experiência mais prolongada e, *pour cause*, aquela que enfrentou, ao longo de treze anos, uma guerra de libertação em três frentes. Ao lado desta resistência armada prolongada dos povos africanos, o colonialismo português foi também, e ao contrário dos outros colonialismos, simultaneamente deslegitimado pelos seus próprios agentes directos dessa guerra, por variadas forças sociais nacionais, por sectores e organizações progressistas estrangeiros e pela própria comunidade política internacional. Enfim, o colonialismo português é diferente dos outros pelo facto de, uma vez chegado ao seu termo, ter arrastado consigo o próprio regime político que nele se apoiava (Santos, 1982).

Porém, nem por isso o colonialismo português deixou de ser colonialismo. Nem tão pouco deixou de ser capitalista. Como as outras experiências coloniais, também a portuguesa retirou proveitos económicos e políticos de África para reforço da sua posição perante a economia e o sistema político mundiais. Que os tenha retirado maiores ou menores é primeiramente uma questão de grau e só depois uma questão de natureza. No fundo, como os outros, também o colonialismo português destruiu, para controlar e, em seguida explorar, as formas organizativas económicas e, com elas, as malhas culturais e civilizacionais das suas colónias. Na sua recomposição, por certo transformada, estas últimas implicaram *a fortiori* o termo das aspirações capitalistas coloniais portuguesas. Isto é, tal como os outros colonialismos, também o português teve a sua dialéctica — no seu começo estava inscrito o seu final.

Nisto se fundam a convicção e a cautela de que se falou acima. O caso português é, afinal, nas suas especificidades, uma variação particular em torno de uma tendência geral. Aceite-se portanto a sugestão de C. Wright Mills: debrucemo-nos sobre a tendência geral e procuremos, a partir dela, encontrar o sentido do caso particular.

(4) Para uma análise recente, nestes termos, Santos (1985).

TENDÊNCIAS SISTÉMICAS E CICLO COLONIAL AFRICANO

É uma ironia da história que o último poder colonial em África tenha sido também o primeiro. A historiografia moderna não deixou de se interrogar sobre as razões que terão presidido a este carácter pioneiro da expansão portuguesa⁽⁵⁾. Ceuta, em 1415, teria sido o resultado de uma conjugação óptima de factores, aliados a uma conjuntura favorável. Menos de um século depois, Portugal, então com uma população inferior a dois milhões de habitantes, situar-se-ia entre os estados economicamente mais poderosos e politicamente mais influentes à escala mundial. Este tempo de esplendor económico e político de Portugal seria, porém, um período relativamente curto. Antuérpia, primeiro, e Londres, depois, marcavam ritmos e condições de acumulação que Lisboa, decididamente, não podia suportar. Despromovido na escala dos poderes político-económicos e desprovido já da sua mais rica e «dourada» parcela colonial — o Brasil —, Portugal surgiria de novo, e não sem surpresa para alguns, em redor da mesa de conferências de Berlim, participando dos termos do que seria o novo surto de expansão colonial.

Para a Grã-Bretanha, então ainda o poder hegemónico mundial, tal como para as outras potências, a presença deste «cliente» e «parceiro periférico» na mesa da «partilha» era vista como potencial descompressor das tensões geradas pela aguerrida concorrência mútua de então. Para Portugal, Berlim era simultaneamente o *desafio* a vencer, para resistir à sua progressiva despromoção, e a *esperança* de reforçar uma posição precária no sistema mundial. Com efeito, nesta luta de Titãs, Portugal acabou por ganhar aquilo que os outros não estavam dispostos a ceder aos seus rivais. Para as classes dominantes portuguesas renascia então mais um século de sobressalto colonial. Restava agora vencer o desafio e alimentar a esperança de Berlim. Por outras palavras, para manter e eventualmente reforçar a sua condição semiperiférica, Portugal iria ter que enfrentar uma série de circunstâncias que lhe surgiram simultaneamente propícias e temerárias. Reconhecido internacional-

(5) Têm-se em vista tanto os trabalhos dedicados sobretudo ao desenvolvimento civilizacional europeu, por exemplo o trabalho de Braudel (1979), como à história de África em geral, Oliver e Page (1962) entre outros, como ainda os dedicados às condições socio-económicas então prevalentes em Portugal (Godinho, 1969), ou à história particular da expansão portuguesa, mais ilustrativamente tratada por Boxer (1969).

mente como poder colonial formal, teria, no entanto, que ser cauteloso na acção. Como que deitado sobre a cama de Procrustes, Portugal não poderia ser nem o colonizador arrojado, sob risco de alimentar a ânsia colonial dos seus pares em África, nem o colonizador permissivo, sob pena de não vencer a resistência africana. Uma ou outra hipótese gorar-lhe-ia os intentos:

Não quer isto dizer que, enquanto poder colonizador, Portugal tenha sido um personagem fora do romance. Ao contrário, sugere-se tão só que a sua capacidade de acção autónoma foi reduzida. Mas não terá também sido condicionada a capacidade dos estados capitalistas centrais de decidirem autonomamente os contornos das suas políticas coloniais em África? Sem dúvida que sim. E por três ordens de razões principais: pela *resistência* dos próprios povos africanos, pela *concorrência e o jogo político inter-estados* coloniais e, finalmente, pelas implicações resultantes do *carácter cíclico* e das *tendências seculares* típicas do funcionamento da economia capitalista mundial. É de admitir que as formas e os graus de intensidade dos dois primeiros elementos tenham sido influenciados pela acção dos dois últimos. Assim, dar-se-á aqui uma atenção especial aos ritmos cíclicos e às tendências históricas do capitalismo, como ingredientes importantes, se não mesmo decisivos, da ascensão, estabilidade e declínio final do 2.º *longo ciclo colonial*, terminado definitivamente em 1975.

Como modo de exposição e para dar uma ideia do funcionamento rítmico da economia e do sistema mundiais, recorre-se aos ciclos Kondratieff, enquanto que, no tocante às tendências seculares, se destaca o exercício de hegemonia à escala mundial, uma tendência histórica de efeitos pertinentes para a compreensão daquilo que, na literatura anglo-saxónica, se conhece por «novo imperialismo».

RITMOS CÍCLICOS DA ECONOMIA CAPITALISTA MUNDIAL

Os ciclos Kondratieff, identificados pelo seu autor como tendo uma amplitude variável entre 40 e 60 anos, são hoje aceites como um dos quadros de referência do funcionamento, no tempo, da economia capitalista mundial nos últimos duzentos anos. Estes longos ciclos surgem, na obra de Kondratieff, principalmente associados à oferta monetária e às variações no investimento que, por sua vez, são função das inovações tecnológicas, dos recursos disponíveis e da extensão do mercado (Kondratieff, 1925; 1935). Com os seus períodos de expansão e retracção económicas, aquilo a que Simiand chamaria de fases A e B,

respectivamente, estes longos ciclos terão ocorrido, como é hoje consensual aceitar-se, na seguinte sequência ⁽⁶⁾ (veja-se também o diagrama apresentado adiante):

<i>Expansão</i>	<i>1.º Ciclo</i>	<i>2.º Ciclo</i>	<i>3.º Ciclo</i>	<i>4.º Ciclo</i>
(Fase A)	c.1790-1810/17	1844/51-1870/75	1890/96-1914/20	1945/48-1967/72
<i>Retracção</i>				
(Fase B)	1810/17-1844/51	1870/75-1890/96	1914/20-1945/48	1967/72- ?

A importância que atribuímos a estes ciclos económicos, e à sua influência sobre a relação entre Portugal colonial, a África e a economia capitalista mundial, deriva do facto de os diferentes lugares estruturais — centro, semiperiferia e periferia — reagirem diferentemente aos seus efeitos, consoante as diferentes fases de cada ciclo. Numa descrição sumária, estes efeitos podem traduzir-se, em épocas de retracção, numa generalizada desaceleração dos níveis de crescimento económico e de acumulação, resultantes de um excesso de capital face a uma procura efectiva mundial reduzida. Para além destes efeitos também outras manifestações tendem a ocorrer em períodos de retracção, como sejam a procura de novos mercados ou o alargamento/intensificação dos actuais, a remodelação das condições e dos processos produtivos, ou mesmo a própria transferência de processos produtivos, ou parte deles, para regiões de menores custos económicos de produção. Daqui decorre, geralmente, a intensificação da «desordem» mundial entre diferentes sectores do capital, entre estes e os estados nacionais e, finalmente, inter-estados. Ao contrário, em períodos de expansão económica, estes efeitos tendem a ser significativamente minimizados, ou até mesmo anulados, donde resulta uma relativa «acalmia» à escala mundial. Os períodos de retracção económica são, pois, mais que os períodos de expansão, momentos de importantes (re)arranjos estruturais dentro do sistema.

Na reacção a estes efeitos, são os países do *centro* capitalista os que anulam com maior eficácia ou, pelo menos, reduzem substancialmente, as manifestações negativas implicadas nas fases de retracção económica. Esses países limitam-se, as mais das vezes, a pôr em prática as vantagens relativas acumuladas durante o período de expansão anterior.

⁽⁶⁾ Os limites temporais do 3.º ciclo (fase B) e do 4.º ciclo são retirados de Mandel (1976), pois que, como é sabido, Kondratieff apenas estudou estes ciclos até 1930.

Ao contrário dos países centrais, os países da *periferia*, salvas algumas excepções raras, são os que têm menor capacidade de se libertarem dos efeitos negativos das fases B. Por regra, os vínculos de dependência a que estão sujeitos não só não surgem reduzidos no final destas fases, como em geral se reforçam. Qual Sísifo moderno, a periferia mundial de hoje tende a ver fracassados, no médio prazo, os seus esforços proteccionistas e/ou os seus entusiasmos nacionalistas e a ver agravadas ou meramente substituídas as suas formas de dependência.

Para a *semiperiferia*, os períodos de retracção traduzem-se geralmente em riscos, mas também oportunidades ampliados. Frequentemente cortejados pelos países centrais (quer como «zonas de influência», quer enquanto potenciais mercados para uma produção excedentária) os estados semiperiféricos correm o risco de «satelização» tanto maiores quanto menores as vantagens que consigam obter na economia mundial perante a concorrência horizontal supostamente intensificada dos seus pares. É, no entanto, possível admitir que, nestes períodos de agudização da concorrência económica e das rivalidades políticas, os estados semiperiféricos procurem manipular, para benefício próprio, os conflitos entre os países centrais. O caso português parece ser exemplar neste aspecto, tanto durante os anos da Grande Depressão (1873-1896), como durante o período entre-guerras, como ainda nos primeiros anos da presente recessão. Em todas estas fases B, Portugal assegurou, ou reforçou mesmo, uma posição semiperiférica, evitando assim a sua periferialização, através de estratégias diversos, em que se destacam a «manipulação diplomática» e a pressão que conseguiu impor sobre a «sua» periferia.

TENDÊNCIAS SECULARES: AS HEGEMONIAS MUNDIAIS (7)

Partindo da ideia de que é hegemónico no contexto mundial o estado que, em simultâneo, consegue obter vantagens comparativas superiores nos domínios da produção, do comércio, militar e financeiro, temos que desde os primórdios da economia capitalista mundial se apresentaram três situações de incontestes

(7) Existem, evidentemente, outras tendências seculares da economia capitalista mundial. Estas podem ser de carácter *extensivo*, por exemplo a expansão territorial das regras do funcionamento e da lógica capitalista (*incorporação*), ou *intensivo*, como sejam a *mercantilização* dos factores e das relações de produção e a *mecanização* dos processos produtivos. É claro que não se podem excluir as manifes-

tável hegemonia: a hegemonia holandesa (aproximadamente entre 1625 e 1650/72), a hegemonia inglesa (entre 1815 e 1850/73) e a hegemonia americana (1945-1967/72) ⁽⁸⁾ (veja-se o diagrama adiante onde se idealiza o curso de duas destas hegemônias).

A análise dos dois últimos casos, aqueles que cobrem o período em que decorre o ciclo colonial que nos ocupa aqui, põe em relevo uma similitude de situações digna de registo. Sem pretender estabelecer qualquer relação de causalidade, julgo porém importante evidenciar que, na circunstância, o exercício de hegemonia ocorre no rescaldo de conflitos alargados e duradouros. Foi assim com a Grã-Bretanha, no seguimento das Guerras Napoleónicas (1805-1815), como o foi também a experiência dos Estados Unidos da América após aquilo que se pode considerar ter sido a Segunda Guerra dos Trinta Anos ⁽⁹⁾. Por outras palavras, é admissível a hipótese de que a hegemonia seja precedida por uma acentuada rivalidade política entre estados centrais que tende a esvanecer-se logo de seguida. Ou seja, é admissível que o exercício de hegemonia ocorra no seguimento de um período em que a estrutura política do centro se mostre instável e marcada por uma polaridade de estados (e de economias) envolvidos numa luta entre iguais. Uma vez alcançada a posição hegemónica, por um dos contendores, tende a instalar-se uma relativa harmonia inter-estatal e a implantar-se uma estrutura política unicêntrica (Bousquet, 1980).

Do ponto de vista económico, o estado hegemónico, dadas as suas vantagens relativas, tende, em regra, a favorecer a livre troca comercial e a reduzir, quando os haja, os diferentes esquemas proteccionistas erigidos aquando do período de acesa rivalidade inter-estados. Não se estranha assim que o poder hegemónico surja normalmente a propagar, tanto interna como externamente, uma ideologia liberal e triunfalista. Contudo, reacesas as rivalidades e reactivada a concorrência movida ao

tações de *contra-tendências*, por exemplo, processos de desvinculação, de desmercantilização ou de «remanualização». Ao nível político, a criação de blocos «homogéneos» pode ser vista também como *contra-tendência* secular, por oposição às práticas de hegemonia. Até onde, a partir destas *contra-tendências* se poderá falar de manifestações anti-sistémicas, permanece uma questão em aberto.

⁽⁸⁾ Seria possível localizar temporalmente as diferentes hegemônias nas suas fases de *ascensão*, *hegemonia*, propriamente dita, *maturidade* e *declínio*. Os limites temporais apresentados referem-se ao período maduro das hegemônias.

⁽⁹⁾ Com a Primeira Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), verificou-se o declínio da hegemonia holandesa.

poder hegemónico, em particular, se coincidindo com uma fase B, novas estratégias defensivas e proteccionistas tendem a surgir no horizonte político-económico.

Historicamente pode-se dizer que a época áurea da *Pax Britannica* é a era do livre-câmbio, nomeadamente as décadas compreendidas entre os anos 1820 e 1870 (Kindleberger, 1975). Do mesmo modo, a *Pax Americana* deve muito ao negociado GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) de 1947. Por outro lado, e em oposição a estas tendências, as décadas de 1870 e de 1880 são caracterizadas por uma onda proteccionista, com a Alemanha e a França, os principais opositores à liderança britânica, a obrigarem a Grã-Bretanha a passar do «free» ao «fair» comércio (Kenwood e Lougheed, 1983; Landes, 1969). Por seu turno, a década de 1970 assistiu à acentuação progressiva de políticas «neo-mercantilistas», desde os sucessivos «rounds» do GATT, às resoluções da UNCTAD, à política comercial da CEE e do Japão, até à mais recente (Junho de 1980) declaração comercial da OCDE, todas elas forçando os Estados Unidos a adoptar uma postura defensiva e reservada no domínio das relações internacionais, nomeadamente das relações económicas (Krasner, 1976).

Hegemonias Mundiais e (Des)colonização

Vejamos agora brevemente alguns aspectos da relação entre o poder hegemónico e o colonialismo. Do que ficou dito, parece poder concluir-se que, na sua ascensão, ou mesmo no período maduro da sua capacidade reguladora geral, muito particularmente se coincidente com uma fase A de expansão económica, o centro hegemónico favorece a descolonização, ou pelo menos mostra-se relativamente indiferente ao estabelecimento de colónias. É neste sentido que se pode entender o British Act de 1807, pelo qual a Inglaterra proibiu o comércio escravista e lançou uma campanha (de limitado sucesso) contra esta prática. Na mesma linha está a política colonial da era vitoriana, caracterizada, no dizer célebre de Gallagher e Robinson (1953), por seguir «o princípio de exercer controlo, informalmente se possível e formalmente se necessário». Foi ainda durante a *Pax Britannica* que a primeira grande vaga de descolonizações (a da América Central e do Sul) se registou ⁽¹⁰⁾ ⁽¹¹⁾.

⁽¹⁰⁾ Do ponto de vista *informal*, esta *indiferença* colonial pode ser contestada. Assim, Magdoff faz notar que «apesar da relativa tranquilidade e do aumento do sentimento anti-colonial na Grã-Bre-

É conhecida igualmente a posição «liberal» americana pelo menos num certo período da administração Kennedy, a respeito do colonialismo. Mais que isso, neste caso, é talvez mais significativa a longa «indiferença» americana perante o continente africano em geral. Esta última, porém, seria alterada em plena administração Kennedy, no decurso da chamada Crise do Congo, por motivos que, sem contrariarem o argumento aqui desenvolvido, se devem principalmente à necessidade do poder hegemónico de evitar «vazios de poder», como tentaremos referir adiante. De qualquer modo, pode concluir-se que foi durante a vigência da hegemonia americana que a descolonização de África se processou, o que dá consistência ao nosso «modelo».

Não se pode, nem deve, exagerar esta relação entre o poder hegemónico e a descolonização. Se é certo que os Estados Unidos foram, repetidas vezes, uma instância legitimadora decisiva procurada pelos próprios movimentos independentistas africanos, por outro lado o seu apoio «activo» foi limitado ou reduzido ao reconhecimento e ajuda às forças que tornavam menos custosa a sua «acomodação» ao facto novo que era a África independente. Não se pode sequer excluir a própria «acomodação» de Washington à situação colonial, como o demonstram a cedência aos desígnios coloniais portugueses dos anos 60 e 70, ou a conclusão a que rapidamente chegaram os movimentos de libertação de que o seu inimigo não se limitava à política colonial desenhada por Lisboa.

Dito isto, fica então por responder de onde vêm os impulsos coloniais. Estes vêm, por certo, dos países capitalistas centrais, mas não necessariamente do poder hegemónico como se viu. A expansão colonial, na sua *natureza agressiva*, é parte integrante da *política defensiva* que, em períodos de recessão, os estados capitalistas centrais adoptam como tentativa de solução à sua

tanha, a época caracterizou-se por uma notável onda de expansionismo europeu. Assim, em 1800, a Europa e as suas dependências, incluindo ex-colónias, reclamavam o direito a cerca de 55% da superfície terrestre (...) Em 1878 — isto é, antes do início da vaga seguinte de aquisições europeias —, reclamavam-se umas adicionais 6.500.000 milhas quadradas. (...) De 1800 até 1878 o colonialismo europeu... passou de 35% para 67% da área terrestre» (Magdoff, 1978:29).

(¹¹) A onda de independências formais que vai de 1810 (Colômbia e Chile) a 1825 (Uruguai), exceptuando-se o Panamá e os países do Caribe, responde pelo findar do 1.º longo ciclo colonial capitalista, instituído pelo impulso expansionista de Portugal e da Espanha.

crise interna, e obstáculo perante as vantagens do poder dominante (12). Como se verá de seguida, assim foi pelo menos com o *longo ciclo colonial de África*.

O CICLO COLONIAL AFRICANO

A atenção prestada aos ritmos cíclicos e às tendências seculares de hegemonia do sistema mundial capitalista, deriva da forma como estes se repercutiram na moderna história colonial de África. Assim, estou em crer que as tendências seculares de hegemonia são principalmente importantes no que respeita à regulação *extensiva* das formas de integração do continente africano no conjunto do mundo capitalista. Ou seja, a análise das hegemonias mundiais é importante na medida em que dela se podem retirar elementos para a compreensão dos parâmetros político-ideológicos que acompanham a integração *intensiva* de África no sistema mundial. Esta última respeita às transformações ocorridas na estrutura económica de base de todo o continente e que parece relacionar-se mais de perto aos ritmos cíclicos de Kondratieff que analisamos.

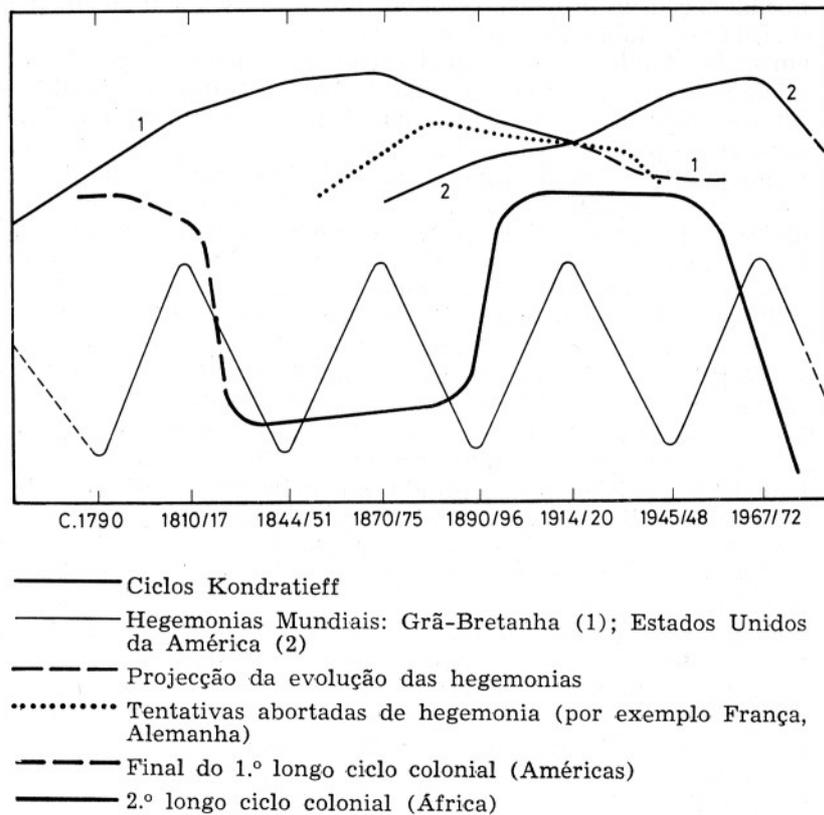
Não se pretende levar a efeito uma interpretação sistemática das transformações ocorridas em África ao longo dos últimos 150 anos (13). Aqui serão referidas apenas as tendências históricas gerais verificadas no continente africano, cuja evolução na sua íntima relação ao funcionamento da economia capitalista mundial, se pode visualizar no diagrama que se segue.

(12) Aquilo a que se convencionou chamar a «teoria periférica» da expansão colonial do último século atribui às «crises locais» a responsabilidade do envolvimento colonial europeu. Nesta linha de argumento, Robinson, Gallagher e Denny (1961) destacam a queda do regime de Ismail Khedive no Egipto, enquanto que, por outro lado, Brunschwig (1960) privilegia o Tratado de Makoko obtido por Brazza, no Congo, em 1880. É de admitir que estejamos, neste caso, perante uma situação em que cada um procura privilegiar o seu campo de especialidade, como conclui Vidrovitch (1970). A correcção destas explicações não invalida, porém, a interpretação centrada nos «apetites» coloniais da Europa, quando se instalou a recessão económica, mas também política, nem explica por que razão essa expansão se tenha alargado a regiões de África com relativa acalmia política.

(13) Esta é uma tarefa monumental a sugerir sempre algumas cautelas. De entre os trabalhos mais recentes, com impactes certamente desiguais, destacam-se Cooper (1981), Freund (1984) e Wallerstein (1976).

DIAGRAMA

Ciclo Colonial Africano, Hegemonias Mundiais e Ciclos Kondratieff



Como se pode verificar pela representação gráfica, aquilo que chamo o *ciclo colonial africano* apresenta três fases qualitativamente distintas que designo, de *ascensão*, *estabilidade* e *declínio*. A natureza de cada uma destas fases será analisada abaixo, em traços largos.

I — O período de *ascensão*, decorre sensivelmente desde os princípios do século XIX até aos primeiros anos do presente século. No prosseguimento do 1.º longo ciclo colonial, centrado

nas Américas, esta primeira fase do ciclo africano correspondeu, na sua maior parte àquilo que se convencionou chamar de *império informal*. A Conferência de Berlim foi um momento decisivo da progressão desta fase do ciclo, por quanto a «partilha de África» que se lhe seguiu e que representou a mera formalização do processo colonial, foi responsável também pela corrida ao estabelecimento de novas zonas de directa influência europeia, donde a rápida aceleração do ciclo. Esta aceleração, iniciada em princípios da década de 1880, resultou da rivalidade inter-estados que se acentuou no último quarto do século passado, correspondendo à Grande Depressão — a fase B do 2.º ciclo Kondratieff — e ao declínio *de facto* da hegemonia britânica.

Na sua substância, esta fase do ciclo traduziu-se no completar do processo de *incorporação* da generalidade dos estados e das economias africanas no seio da economia capitalista mundial a que eram antes exteriores ou marginais (Wallerstein, 1976). Indiciador deste processo de *incorporação* foi o termo do comércio de escravos, progressivamente substituído pela produção local de *bens essenciais* nomeadamente matérias-primas e produtos alimentares. Esta modificação da natureza económica do continente africano em geral contribuiu para a deslocação do seu centro de gravidade económica das zonas litorais para o interior. Este facto decisivo foi facilitado, em primeiro lugar, pela descoberta de valiosas reservas mineiras, de Kimberley ao Shaba e, em segundo lugar, pelo estabelecimento de uma rede adjacente de transportes, nomeadamente de vias férreas (Katzenellenbogen, 1973).

A incursão do capitalismo europeu no interior africano seria, contudo, dificultada pelas diferentes formas de resistência impostas tanto por entidades políticas («estados») outrora florescentes devido ao comércio de escravos, como por comunidades locais que resistiam ao seu envolvimento nos novos processos produtivos. Os capitalistas coloniais europeus recorreram então ao expediente da «law and order», ou se se preferir às «guerras de pacificação», formas eufemísticas de dizer angariação e controlo repressivo da força de trabalho indispensável aos novos empreendimentos. Força física e tributação extensiva de comunidades foram os instrumentos decisivos da acção europeia no terreno africano ao longo desta fase de «mise en valeur» da África. Estes processos não excluam, antes supunham, a necessidade, para os europeus, de redefinição das suas velhas alianças políticas e o estabelecimento de novas redes de colaboradores, pelo que também o mapa político do continente africano assumiu uma fisionomia radicalmente nova tendente à estabilização nas fases subseqüentes do ciclo. Estes processos de coerção conti-

nuariam, na fase seguinte do ciclo, a enformar a acção prática política do recém-criado estado colonial, empenhado em reforçar, como se verá, os vínculos de África à economia mundial, ainda demasiado ténues em 1900.

II — O segundo período do ciclo colonial situou-se entre 1900 e o imediato pós-guerra. Foi um período em que, apesar da *estabilidade* do ciclo, ou seja, para além da conservação imperturbada do estatuto colonial formal da generalidade da África, se assistiu a uma série de transformações profundas. Antes de mais, deve notar-se que este período decorre em paralelo à conturbada situação económica e política mundial: à fase final de um período de crescimento económico generalizado (1890/96-1914/20), seguiu-se a recessão de entre-guerras, onde sobressaiu o «colapso» do mercado mundial nos anos 1929-32, tendo-se iniciado em seguida (1945/48) uma nova fase de recuperação assinalada pelo início do período maduro da *Pax Americana*.

Este foi o período do assalto à autonomia política e económica das comunidades africanas que teve o seu início com o incremento da produção agrícola de exportação, impulsionada pelos termos de troca favoráveis em vigor até 1914. Segundo Hopkins (1973), estes termos favoráveis de troca teriam originado uma resposta positiva por parte de alguns produtores autónomos africanos, esbatendo-se deste modo muito do impacte das anteriores resistências anti-europeias. Mas também as grandes companhias concessionárias, então estabelecidas em África, algumas delas multinacionais e, na sua maioria, dedicadas à economia de plantação, beneficiaram dessas condições favoráveis do mercado mundial. Deu-se ainda neste período o fomento da instalação de colonos europeus, responsável pelo incremento do racismo. No conjunto, parece ter sido a economia africana de subsistência a que sofreu os efeitos mais perniciosos nesta fase inicial do segundo período do ciclo colonial.

As contradições entre estes quatro sectores actuaes no mundo económico africano (produtores autónomos ligados ao mercado, companhias concessionárias, explorações de colonos europeus e sector africano de subsistência) agudizaram-se à medida que a fase de expansão económica chegava ao seu termo. Com o início da guerra, assistiu-se a uma diminuição relativa da produção agrícola mercantilizada, tendo aumentado, em contrapartida, o papel de África enquanto fornecedor de matérias-primas minerais (Rathbone, 1978). As maiores concentrações capitalistas em África, localizadas nomeadamente no sector mineiro, passaram então por uma fase florescente da sua activi-

dade⁽¹⁴⁾. Para esta expansão muito contribuiu a incorporação de largos contingentes de trabalhadores migrantes, com baixos salários e retirados ao sector de subsistência, frequentemente em aberta concorrência com as grandes explorações agrícolas capitalistas, o que forçava o estado colonial a uma posição de mediador de interesses contraditórios (Vail, 1976).

Sem margem para dúvidas, onde o estado e as administrações locais coloniais foram mais activos foi no fomento e manutenção de processos coercivos de trabalho. Os exemplos mais flagrantes disto continuam a ser as plantações forçadas de algodão do Tanganyika, ainda ao tempo da administração alemã, o Congo, antes e depois de 1908 e Angola e Moçambique, todos eles desafiando abertamente as regras do mercado capitalista, pela acção do estado colonial na repressão do trabalho e na fixação dos níveis de produção, dos preços e dos salários⁽¹⁵⁾.

Com a crise de 1929-32, a África em geral assistiu ao reforço dos mecanismos da sua *periferalização* no conjunto da economia capitalista mundial. A generalidade do continente, com fracos níveis de industrialização, era então um fornecedor de produtos primários cujos preços baixaram sensivelmente no mercado mundial⁽¹⁶⁾, por comparação aos produtos manufacturados. O comércio africano, no conjunto do comércio mundial, retraiu-se então consideravelmente. Tal não deixou, no entanto, de significar um certo benefício para os sectores de actividade mais ligados à produção limitadamente mercantilizada, precisa-

(14) Aproveitando um aparelho legislativo colonial contra a «vagabundagem» e o «alcoholismo», o sector mineiro serviu-se tanto mais do uso de mecanismos extra-económicos de compulsão do trabalho quanto mais especulativo e menos lucrativo e eficiente o investimento. Veja-se, para uma comparação de situações (o Rand e a Rodésia do Sul) o trabalho de van Onselen (1976). Para uma interpretação dos efeitos duradouros destes mecanismos, nomeadamente nos padrões de consumo dos «operários» e seu progressivo envolvimento do «nexo monetário», Arrighi (1973). Para as colónias portuguesas, nomeadamente para a análise do impacte destes mecanismos na constituição da classe operária em Lourenço Marques, Penvenne (1979).

(15) As consequências dramáticas destes esquemas de trabalho forçado são diversas e vão desde o desmembramento de comunidades locais, a fomes, alterações dos padrões dietéticos, e à destruição de vastas áreas de economia agrícola de subsistência. Para o caso de Moçambique vejam-se os trabalhos pioneiros de Isaacman, Stephen, *et al.* (1980) e de Vail e White (1978).

(16) Entre 1923 e 1929, o algodão e a borracha, por exemplo, baixavam o seu valor no mercado mundial de 1/3 e de 2/3, respectivamente. O café, o sisal, a copra, o açúcar e os cereais, caíam a metade do seu valor durante o mesmo período.

mente por se tratar de uma conjuntura em que era preferível produzir barato a produzir muito. O «crash» de 1929-30 mostrou, acima de tudo, como o capitalismo europeu e o capitalismo colonial africano estavam ainda distanciados e como eram ténues as relações económicas que mantinham entre si. Foi com a recuperação económica do pós-guerra que surgiu na «mentalidade oficial» colonial europeia a ideia de um indispensável «new deal» africano. Tratar-se-ia então de investir mais racionalmente em África, tanto social como economicamente. Era necessário promover os padrões de consumo, favorecer o fortalecimento das classes médias locais, praticamente inexistentes, racionalizar a burocracia colonial, etc. Era preciso, numa palavra racionalizar o próprio projecto colonial. Porém, os custos desta (re)colonização iriam aumentar enormemente. Tal é a história daquilo a que Low e Lonsdale (1976) designaram por «segunda ocupação colonial» de África. Esta será a época dos grandes planos de desenvolvimento, do investimento em infraestruturas, do lançamento de novas indústrias (maquinaria e bens de capital vão-se substituir progressivamente à produção de bens de consumo), da modernização da agricultura (planos de irrigação, mecanização, desenvolvimento comunitário), do intenso crescimento urbano, do desemprego e da «marginalidade» e, enfim, da política colonial de «welfare» (educação e medicina).

III — Finalmente, a fase de *declínio* do ciclo colonial, iniciada nos últimos anos da década de 1950 (mais do que a independência do Sudão em 1956, é a independência do Gana, em 1957, que é a pedra de toque dos «ventos da mudança»), vem a terminar, em meu entender, em 1975, como o final do colonialismo português.

O período decisivo desta terceira parte do ciclo decorre entre os anos 1956 e 1968⁽¹⁷⁾, sendo o ano de 1960 o seu ponto mais alto⁽¹⁸⁾, situando-se em plena maturidade hegemónica dos Estados Unidos da América e ao longo da fase A do 4.º ciclo Kondratieff.

(17) Recorde-se que nos estamos a referir aos processos *formais* de independência.

(18) De 1950 a 1959 tornaram-se independentes 6 países africanos (Líbia, Sudão, Marrocos, Tunísia, Gana e Guiné). Em 1960, foi a vez de 17 novas independências: Benin (ex-Daomé), Burkina Fasso (ex-Alto Volta), Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, Senegal, Somália, Togo e Zaire (ex-Congo belga).

É possível identificar duas vertentes principais neste processo de descolonização africana. Por um lado, a vertente *externa*, intimamente ligada à relação de forças na cena mundial e que se expressa no clima ideológico e político liberal do pós-guerra, na confiança das multinacionais, agora menos interessadas nos processos extractivos típicos das duas fases anteriores, numa fácil manipulação dos novos governos africanos e na posição de «liberalismo condicionado» dos Estados Unidos. Por outro lado, uma vertente *interna*, caracterizada pela crescente organização e insurgência de operários e camponeses africanos⁽¹⁹⁾ e pelo efeito catalizador da pressão política exercida pelas elites africanas ocidentalizadas, bem como pelas classes médias urbanizadas. A junção destes dois elementos, decisiva para o desenrolar das independências africanas, leva-me a pensar que o declínio do ciclo colonial é muito mais uma conquista dos povos africanos do que uma cedência dos poderes capitalistas centrais cujos planos não passavam necessariamente pela descolonização⁽²⁰⁾.

Com o termo deste ciclo colonial, abriu-se uma nova era histórica para todo o continente africano. De marginal ou exterior à economia capitalista mundial, a África tinha sido primeiramente incorporada e, depois, progressivamente tornada zona periférica dessa economia. Enquanto tal, os anos passados desde a sua independência formal têm assistido, sem dúvida, muito mais a numerosos e dedicados esforços para romper os vínculos de dependência e periferização do que a brilhantes e bem sucedidos resultados na quebra de tais vínculos. Mas também nesta questão a antecipação de tendências históricas pode ser mais enriquecedora do que a análise de fenómenos mais ou menos passageiros apesar de aparentemente imanes e constantes. Existe muito mais esperança que desalento, ou confissão,

(19) É conhecida a onda de greves e outras contestações operárias nos finais dos anos 40, geralmente no sector de transportes e em particular nos centros portuários (Mombasa, Dar-es-Salam, Lagos, Lourenço Marques, Matali, Durban, etc.). São também conhecidos diversos levantamentos populares, de raiz camponesa, como os de Madagascar (1947-48), ou do Quênia (1952-55), conhecidos pela revolta dos Mau-Mau, ou ainda as agitações urbanas nos Camarões (1955). (Freund, 1984).

(20) É conhecida a previsão feita em 1955 pelo Professor van Bilsen, pela qual a independência do Congo belga ocorreria apenas dentro de uns trinta anos. Da mesma forma, Sumner Welles, Subsecretário de Estado americano, admitia em 1943, perante o Comité de Consulta do Congresso, que no caso do Congo, a independência não ocorreria por certo antes de uns cem anos.

nas palavras de Nkrumah, quando afirma que «o capitalismo é um sistema muito complicado para qualquer nação recém-independente».

O COLONIALISMO PORTUGUÊS: DO PRINCÍPIO AO FIM DO CICLO

Até aqui a análise centrou-se sobre o que designei como *ciclo colonial africano*, como expediente metodológico para compreender os processos, historicamente situados, da colonização e da descolonização do continente africano. Procurei, portanto, caracterizar em traços largos as tendências históricas da África dos últimos 150 anos, contextualizadas no conjunto da economia capitalista mundial.

As referências anteriormente feitas ao papel colonial de Portugal tiveram em atenção a condição semiperiférica do país. Em seguida, serão levantadas algumas hipóteses sobre o termo do colonialismo português, partindo-se da ideia de que é o estatuto semiperiférico do país que se encontra na raiz das semelhanças e das especificidades da política colonial portuguesa, relativamente às restantes políticas coloniais, ao longo do ciclo colonial. Mais, de que é a essa mesma condição política e económica intermédia de Portugal que se deve a explicação para o facto de ter sido o último poder colonial em África.

Partindo da hipótese de que os períodos de retracção económica são, para a semiperiferia, momentos particularmente importantes para a conservação, perda ou reforço da sua condição estrutural, é de admitir que os estados nessa condição procurem, nesses momentos, accionar mecanismos diversos de modo a precaver a sua despromoção na cadeia hierarquizada de poderes, ou mesmo a melhorar substancialmente a sua posição relativa (Fortuna, 1984 a). No caso de Portugal é possível traduzir esta hipótese no facto de, em cada um dos períodos de retracção que cobrem o lapso de tempo do ciclo colonial africano, o país ter assumido um modelo político-económico em que a sua posição no conjunto das relações coloniais se torna um elemento decisivo. A conservação ou reforço do estatuto semiperiférico de Portugal dependeu sempre, e de maneira muito significativa, do seu posicionamento face às colónias. Primeiramente, no final do século passado, o grande objectivo foi a conservação das colónias e, se possível o alargamento das suas fronteiras. Depois, já na fase do período de estabilidade do ciclo colonial, tratou-se de intensificar a sua exploração, o que seria relativamente bem sucedido ao tempo da chamada «portugalização» das colónias africanas. Finalmente, com a perda destas, inicia-se um processo

de redefinição das condições que evitem a despromoção e, em simultâneo, consolidem ou reforcem mesmo o estatuto intermédio de Portugal no sistema mundial.

Poder-se-á, assim, falar de três modelos políticos genéricos que traduzem o posicionamento português perante as colónias africanas: o modelo *colonial-imperialista*, ao longo da fase B do 2.º ciclo Kondratieff e correspondente ao período de *ascensão* do ciclo colonial; o modelo *fascista-colonial*, do período entre-guerras, correspondendo à maior parte do período de *estabilidade* do ciclo; e, finalmente, o modelo *democrático*, assumido no decurso da presente recessão e no seguimento temporal do *fim do colonialismo* em África. À semelhança do que foi feito relativamente ao ciclo colonial, também agora o projecto colonial português será enquadrado no âmbito das tendências históricas que o influenciaram e que, em 1975, conduziram ao seu final ⁽²¹⁾.

O Modelo Colonial-Imperialista

São conhecidas as caracterizações do colonialismo português que, desde há cerca de duas décadas foram sendo trazidas a lume por estudiosos, na sua maioria estrangeiros. O colonialismo português surge, em regra, caracterizado pela sua natureza atávica, não-económica, reflexa ou dependente. Isto é assim quer o colonialismo português seja avaliado a partir das políticas desenhadas em Lisboa, como o fazem, entre outros, Duffy (1959), Anderson (1961) ou Hammond (1966), quer se proceda à avaliação do impacte dessas políticas sobre as colónias, como o fazem, por exemplo, Bender (1978), Vail e White (1980), Newitt (1981) ou Isaacman e Isaacman (1983).

Sem entrar na análise circunstanciada de cada uma destas contribuições, cujas conclusões e, mesmo em alguns casos, a metodologia, não me suscitam grandes objecções, é no entanto importante referir, ainda que de passagem, o trabalho de Hammond que tanto influenciou a geração seguinte de estudiosos do colonialismo português. A argumentação de Hammond desenvolve-se em redor da tese do colonialismo português como

⁽²¹⁾ Naturalmente concentrarei a minha atenção sobre os dois primeiros modelos pois que o último destes se caracteriza pelo fim da relação colonial, implicando uma nova estratégia no conjunto do sistema mundial, cuja análise ultrapassa os objectivos do presente texto.

um caso excepcional de *imperialismo não-económico*. O lapso de tempo utilizado (1815-1910), bem como a perspectiva em que se coloca (a preferência é dada aos conflitos e negociações político-diplomáticos), ajudam a fundamentar a sua conclusão. Porém, o não-dito de Hammond, ou pelo menos o seu dito furtivo, é o de que a análise do caso português constitui, por si, a mais clamorosa contestação da ideia leninista, mas também hobsoniana, de que o imperialismo e, no caso particular, a expansão colonial de finais do século passado se devem fundamentalmente a motivações de natureza económica. Para Hammond (1966: x), o caso português «tornava absurda a teoria do imperialismo económico de Hobson-Lenin antes mesmo de esta poder ser elaborada». Julgo não ser defensável que uma teoria possa, ou deva com justiça, ser contrariada pela contra-evidência de um caso particular. Contudo, em meu entender, não é neste ponto, isto é, no erigir Portugal em categoria de contra-evidência das conclusões de Hobson e de Lenin, que reside o erro do juízo de Hammond. A questão principal reside em que não parece ser defensável a noção ideal-típica de um imperialismo movido acima de tudo por razões económicas e, em conformidade, dando origem a benefícios económicos directos (exclusivos?) aos grupos monopolistas⁽²²⁾. Não existe na verdade evidência histórica que sustente tal noção, como procurei mostrar noutra lugar (Fortuna, 1984 b).

Brunschwig (1960), por exemplo, sem rejeitar a importância de interesses económicos que se tenham consolidado em redor do projecto colonial, considera a expansão colonial da França como uma atitude accionada pelo «ciúme do poder» ostentado pela Grã-Bretanha. Robinson, na introdução à edição inglesa do trabalho de Brunschwig, chega mesmo a reconhecer na expansão colonial da França o desejo de «empolar o seu prestígio como grande nação», em vez de salientes motivações económicas. Também Wehler (1970) caracteriza a expansão colonial bismarckiana, como um caso de «imperialismo social», ou seja, uma estratégia política das classes dominantes alemãs, ameaçadas nos seus privilégios pelo crescente movimento socialista. No caso da Grã-Bretanha, os próprios Robinson, Gallagher

(22) Uma leitura atenta da Parte II, normalmente negligenciada, do trabalho de Hobson (1965) mostra como o autor admite a existência de uma variedade de motivos não-económicos na base da expansão colonial do século passado. Quanto a Lenin (1939), os próprios pressupostos do seu trabalho têm sido, repetidamente, postos em causa, como por exemplo pela crítica sistemática de Warren (1980).

e Denny (1961) insistem repetidamente na «aversão» colonial dos princípios e meados da era vitoriana, donde se pode concluir ser o posterior imperialismo britânico uma resposta política à sua ameaçada hegemonia. Por fim, qualquer análise da expansão belga em África não deixará de pôr em relevo o papel do «imperialismo pessoal» do rei Leopoldo II, ou seja das motivações e interesses pessoais do rei que levariam o Congo a tornar-se um domínio privado até 1908.

Insistir, a partir daqui, no imperialismo *não-económico* português do século XIX e começos do século XX, como se se tratasse de um caso excepcional, é pois um exercício cujos resultados ficam aquém do esforço dispendido. A esta luz, surgem igualmente desvalorizados alguns trabalhos que, na linha de Clarence-Smith (1979), contestam a conclusão de Hammond, procurando pôr em evidência a dimensão económica das políticas coloniais portuguesas. A existência de motivações desta natureza não pode ser posta em causa. Contudo, não é pela magnitude dos resultados económicos, como argumenta Alexandre (1979), que se pode decidir sobre o seu carácter primacial.

Esta digressão serviu para ajudar a situar os termos da participação inicial de Portugal na «partilha da África» de finais do século passado. Foi sobretudo o liberalismo reinante, tanto ao nível nacional como internacional, que criaram a ideia do colonialismo «desinteressado» de Portugal de meados do século XIX. Com o entusiasmo colonial de Leopoldo II, a situação política europeia alterou-se substancialmente. Ao iniciar-se a «corrida» para África, a Grã-Bretanha procurou usar em benefício próprio as reivindicações apresentadas pelo seu «cliente» ibérico de modo a preservar a sua posição colonial. Estas reivindicações eram principalmente baseadas no «prestígio nacional» e na «missão histórica e civilizacional». Não existem no início do modelo *colonial-imperialista* português motivações económicas determinantes. Existe, quando muito, a *perspectiva* de benefícios económicos a retirar futuramente do empreendimento colonial. Daí a necessidade prévia de garantir *politicamente* tal possibilidade. Não admira portanto que a política deste período *colonial-imperialista* de Portugal assentasse nos contactos políticos internacionais de modo a garantir «a regra do homem branco» em África.

Para Portugal, uma economia débil e um estado pouco influente, a garantia política de um (futuro) colonialismo económico, obrigava a uma luta em duas frentes. No terreno europeu, havia que *manipular* desavenças entre os grandes e fazer vingar as suas pretensões. No terreno africano era preciso criar condi-

ções *de facto* que dessem consistência à débil condição de negociador europeu. Este período de intensa actividade diplomática e colonial ⁽²³⁾ só terminou com a acalmia relativa trazida pelo final do conflito de 1914-18 e o termo das actividades coloniais alemãs em África, que tanto sobressaltaram os políticos coloniais portugueses. Para Portugal tratou-se de um tempo de repetidos fracassos e limitados sucessos. Uns e outros têm a ver com a natureza da capacidade colonial portuguesa, verificada aliás ao longo de grande parte de todo o ciclo colonial. Trata-se do que designaria por *autonomia colonial negativa*, ou seja, de uma capacidade de actuação limitada ao terreno deixado livre e fora dos interesses directos dos outros contendores coloniais, por via da qual, e dada a escassez dos meios de que dispõe, Portugal pouco pode fazer num sentido positivo, revelando-se, ao contrário, bastante mais hábil na recusa em fazer aquilo que outros gostariam ⁽²⁴⁾.

O Modelo Fascista-Colonial

Não custa admitir que esta situação colonial precária se tenha modificado com as alterações da ordem internacional, mas também da ordem interna, posteriores à guerra de 1914-18 e sob o pano de fundo de uma nova recessão económica. Internamente, a grande alteração traduziu-se no surgimento do modelo *fascista-colonial*.

Smith (1974), num trabalho clássico, insiste na ruptura operada por Salazar, no tocante à política colonial portuguesa. Esta teria passado a ser mais decidida e estável ⁽²⁵⁾, o que,

⁽²³⁾ Pontos altos deste período de autêntico sobressalto colonial e diplomático são, por exemplo, as expedições de Serpa Pinto e, depois, de Capello e Ivens, as numerosas incursões militares no interior das colónias («guerras de pacificação»), o acordo abortado com a Inglaterra sobre o Congo e o Zambeze, a Conferência de Berlim, a divulgação do «mapa-côr-de-rosa», o Ultimato inglês, o acordo «secreto» entre a Alemanha e a Inglaterra sobre a «re-partilha» de Angola e Moçambique, o acordo de Windsor, a participação pouco entusiasta na guerra de 1914-18 e a entrada das tropas alemãs de von Lettow no norte de Moçambique (Hammond, 1966; Newitt, 1981; Isaacman e Isaacman, 1983).

⁽²⁴⁾ Vail (1976) ilustra bem esta situação.

⁽²⁵⁾ Os primeiros anos após 1926 são de um activo pragmatismo colonial. Logo em 1926 a ideia «civilizacional» transforma-se na de «civilização pelo trabalho», estabelece-se a «caderneta» indígena, surgem as primeiras regulamentações sistemáticas do trabalho forçado (por exemplo na produção de algodão) e regula-se a circulação mo-

pode dizer-se, seria simultaneamente condição e resultado da consolidação do modelo político na metrópole. Parece ser um facto incontestável. Porém, julgo que não se pode exagerar este ponto.

De facto, se se tomar, como aqui se advoga, uma perspectiva histórica mais vasta, dá-se conta desde logo que a política *fascista-colonial* desta época foi produto cuja eficácia muito ficou a dever à contingência histórica da sua concretização. Em primeiro lugar, deve-se fazer notar o impacte da recessão económica que facultou a progressão da «onda» política autoritária na generalidade dos países europeus e, em particular, dos países semiperiféricos. A Salazar em Portugal, correspondem Primo de Rivera e, depois, Franco em Espanha, Mussolini na Itália, Metaxas na Grécia, Dollfuss na Áustria e Kemal Ataturk na Turquia, os quais vão configurando o modelo de autoritarismo político e autarcia económica perseguido pela semiperiferia de entre-guerras. Certamente exagerado nos seus métodos, mas e sobretudo na sua duração, o regime fascista-corporatista de Salazar, fez assentar a sua política económica num «neomercantilismo» a que não foi estranha a existência das colónias em África. Até mesmo a Espanha, o vigoroso poder colonial do século XVI, havia já perdido, em 1898, para a órbita da influência americana, as suas colónias mais promissoras (Cuba, Porto Rico e Filipinas). Numa fase em que, diminuídas as pressões coloniais inter-estados, os poderes europeus se lançaram na exploração *intensiva* da África, Salazar não perdeu a ocasião e, dir-se-ia, que foi esta última, mais que o «saber» de um homem, que permitiu ao Estado Novo encerrar-se nos limites estreitos da Nação e do Império, para daí tirar proveitos.

Nesta linha de argumentação deve salientar-se que, antes de Salazar, nomeadamente ao longo da 1.^a República, colonialistas vigorosos, como por exemplo Brito Camacho e João Belo, tinham já tentado pôr em prática uma série de planos coloniais, irremediavelmente reduzidos à condição de meros projectos até que condições gerais mais favoráveis facilitassem a sua exe-

netária colonial. Em 1927, surge a primeira recusa de renovação de concessões a companhias estrangeiras. Em 1928, as novas «Bases Orgânicas» rejeitam a descentralização das colónias, sujeitando-as a um controlo mais apertado vindo de Lisboa e institui-se o novo Código do Trabalho Indígena. Em 1929, é promulgado o Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas, «nacionaliza-se» a Companhia do Niassa em Moçambique e reestrutura-se a própria Companhia de Moçambique. Em 1930 é publicado o Acto Colonial (Almeida, 1979).

cução⁽²⁶⁾. A famosa «portugalização» das colónias africanas, por exemplo, como geralmente se designa, algo eufemisticamente, a política colonial de 1930-45 de redução do campo de manobra do capital estrangeiro, tinha já sido ensaiada sem o «sucesso» posterior, por parte de João Belo. Seria contudo facilitada apenas pela política de «autarcia» e de relativo e controlado distanciamento de Portugal face à economia capitalista mundial, o que se tornou possível devido às condições económicas internacionais criadas pela crise de 1929-32. Em conclusão, no seu conjunto, estes elementos aconselham a não exagerar a «novidade» colonial de Salazar, como o faz Smith.

Se se aplicar à política colonial portuguesa desta época o conceito de *dialéctica negativa* que Santos (1982) atribui à estrutura funcional do estado capitalista em geral⁽²⁷⁾, este torna-se particularmente revelador dos limites e dos desfazamentos a que chegou o estado *fascista-colonial*. Com efeito, a princípio, ainda nos começos da década de 1930, surgiu um corpo complexo de instrumentos legislativos, cuja filosofia, essencialmente centralista, dava consistência não só à proclamada unidade da Nação e do Império mas também ao projecto prático nacionalista e «autárcico» de Salazar. Na sua aplicação, esta regulação legislativa tinha como alicerces o refinamento e a intensificação da repressão nas colónias, aliás à semelhança do que sucedia na metrópole, tendo servido contudo de estratégia expedito que permitiria chegar à nova fase de expansão (1945/48-1967/72) com uma situação económica e financeira mais desafogada. Comparada à situação do princípio do século, a condição semiperiférica de Portugal surgia, em 1945, muito mais consolidada. A este facto não foi estranha a neutralidade, melhor seria dizer a duplicidade, de Salazar ao longo do conflito de 1939-45, em que procurou, como antes, manipular diplomaticamente interesses internacionais antagónicos. Decisivo desta consolidação de país semiperiférico foi, porém, o facto de Portugal, passe a forma figurada, ter conseguido transferir para «baixo» (para a sua periferia colonial) as pressões, sobretudo econó-

(26) Vail e White (1979) contestam a originalidade colonial de Salazar por comparação a João Belo. Torres (1967) refere-se à anterioridade dos planos para o estabelecimento de colonatos.

(27) Para o autor, por *dialéctica negativa* do estado capitalista entende-se o processo político pelo qual, dadas as diferentes contradições inerentes à sua lógica de funcionamento, o estado se vê obrigado a «constantemente ajustamentos e mudanças no processo de dominação política sem, em caso algum, resolver (superar) as contradições principais em que essa dominação assenta» (Santos, 1982: 25).

micas, vindas «do lado» (de outros países semiperiféricos) ou «de cima» (dos próprios países centrais) ⁽²⁸⁾. Os limites desta solução cedo se tornaram claros. Com a acalmia do pós-guerra, o carácter contraditório do modelo *fascista-colonial* português agudizou-se. Entrou-se então numa fase de «ajustamentos» tímidos e superficiais, sem quaisquer soluções visíveis para as questões de fundo. Estas, para que pudessem ter sido eficazes, teriam que ter sido enquadradas, em vez de chocarem abertamente, com o clima político-ideológico que presidia à reconstrução económica da Europa. Esta passou pela liberalização das relações políticas, pelo reactivar do espírito capitalista, pela recomposição do mercado e pela liberalização das trocas, bem como, pelo desenvolvimento tecno-industrial. A estas novas condições estruturais, o regime político português, encerrado no seu *imobilismo*, respondeu como se as relações de força fossem ainda as anteriores a 1945. Reprimiu internamente qualquer oposição, evitou a todo o custo qualquer liberalização, desconfiou dos princípios «democráticos» da NATO, a que, no entanto, não pudera deixar de se aliar, assumiu, pioneiramente, um discurso anti-comunista ainda de fraca audiência, fez escasso uso das relações comerciais com a OCDE e reforçou os métodos de exploração e repressão coloniais, quando outros os liberalizavam. Enfim, Portugal chegou a 1960, só, supostamente orgulhoso e, decididamente, fora do tempo.

Portugal e o fim do Ciclo Colonial

Não foram só estes os desfasamentos e as contradições da política interna, colonial e internacional portuguesa. A «onda» de descolonização da África, a fase acelerada do *declínio* do ciclo que discutimos, Portugal manteve-se intransigente ao reconhecimento mesmo dos movimentos de libertação. Porquê? Porque não podia *neocolonizar*, diz a explicação convencional. É certo, mas insuficiente. Teria Portugal, ao contrário, condições para manter uma guerra prolongada de liber-

⁽²⁸⁾ Assim, por exemplo, os progressos inegáveis da indústria têxtil portuguesa, em particular, da indústria algodoeira, dos anos 40 e 50, correspondem menos à sua modernização do que à exploração, sob a forma *absoluta*, da força de trabalho colonial. Os têxteis algodoeiros continuariam por muito tempo com um fraco poder concorrencial no mercado mundial, deficiência suprida pelo mercado colonial protegido.

tação em três frentes? É óbvio que não. Mas se o fez foi, de novo, à custa da *manipulação* diplomática internacional.

Este jogo diplomático de Portugal foi agora exercido sobre os seus parceiros da NATO e, principalmente, sobre os Estados Unidos da América. Estes, no que diz respeito a África, não tinham aí grandes interesses, quer económicos quer mesmo estratégicos. Tinham-nos sim na América Latina, no Canadá, no Médio e Extremo Oriente e na própria Europa. Os Estados Unidos levavam quase à letra a expressão de Hugo — «no reino do desconhecido, a África é o Absoluto». Isto é, para o novo poder hegemónico, a África era uma questão menor, o colonialismo uma questão interna dos seus aliados e a descolonização um processo visto, de início, com abertura e, depois, com crescente preocupação e controlado liberalismo. Com efeito, à medida que correm «os ventos da mudança», a África passa para os Estados Unidos, de preocupação menor a assunto delicado ⁽²⁹⁾. Não se opondo à descolonização, os Estados Unidos têm mesmo uma posição aberta desde que os seus aliados europeus mantenham boas relações com os novos poderes africanos, evitando assim a criação de «vazios de poder», tão reprovados por qualquer poder hegemónico ⁽³⁰⁾.

Estes receios serviram perfeitamente a estratégia colonial portuguesa que conseguiu mesmo obter uma inflexão da postura «pró-independentista» dos princípios da administração Kennedy (Minter, 1972). Para tanto serviu, à semelhança do

⁽²⁹⁾ A independência do Gana, em 1957, é um exemplo desta transmutação da filosofia americana face à descolonização de África. Richard Nixon, então vice-Presidente, estaria presente nas cerimónias oficiais, legitimando assim o governo de Nkrumah. Três anos mais tarde, ao longo da chamada Crise do Congo (1960-63) a posição activa dos Estados Unidos testemunha já uma alteração a caminho do «controlado liberalismo». Entre o radical conservador Tshombé e o radical progressista Lumumba, os Estados Unidos descobrem e apoiam o liberal centrista Adoula. Esta é apenas uma tónica da política externa de Washington face a África, porém importante por marcar os termos em que a mesma se iria desenrolar no futuro. Para uma análise da política externa americana mais recente e directamente relacionada ao colonialismo português, entre outros Bender (1984), Marcum (1972), Maxwell (1985) e Minter (1972).

⁽³⁰⁾ Esta fórmula não só garantia a inexistência de «vazios de poder» como salvaguardava contra o avanço do «imperialismo comunista», uma preocupação também crescente da política de Washington. Como diria o Secretário de Estado Assistente, Bryoade, em 1953, «uma vez que o velho colonialismo está nos seus finais, e que nada o pode restaurar, a alternativa real actual está entre a contínua marcha para a auto-determinação e a rendição ao comunismo imperialista» (citado em Minter, 1972: 41).

que sucedera no período *colonial-imperialista*, a pressão diplomática desencadeada na frente internacional, nomeadamente em resposta às crescentes dificuldades encontradas na ONU, onde ia tomando lugar um crescente número de estados africanos recém-independentes, disposto a apoiar resoluções em favor da independência das colónias portuguesas.

Mas, para que seja efectiva, toda a pressão diplomática exige uma moeda de troca, em cujos termos se paguem os custos devidos. Os Açores foram essa moeda de troca, a «isca», mas também a «armadilha», como mostra Maxwell (1985) numa estratégia política apostada em manter as colónias, num mundo, recorde-se, cada vez menos receptivo à ideia de *imperium*. Os custos, esses, foram pagos, em primeiro lugar, pela inevitável abertura ao capital multinacional. Contrariando a filosofia económica portuguesa do imediato pós-guerra, esta abertura tornar-se-ia uma forma expedita de ajudar a financiar uma guerra demasiado custosa. Estes custos não deixaram de aumentar e chegaram mesmo a ter efeitos políticos importantes na correlação de forças interna. Todavia, nem mesmo, e não apenas por ser tardia, a liberalização controlada de Caetano conseguiu encontrar as soluções necessárias para pôr cobro à situação contraditória em que o regime havia mergulhado há muito. Apostou-se, ao contrário, no papel supostamente redentor das reformas, das ambiguidades e das meias-soluções. Tratava-se, tão somente, do funcionamento, na versão portuguesa, da regra da *dialéctica negativa* do estado capitalista. À medida que se impunham mais e mais ousadas soluções para a questão colonial, o *imobilismo* ideológico do regime bloqueava qualquer acção nesse sentido. Reduzido a «ajustamentos» circunstanciais, e num derradeiro *tour de force*, o regime deslocou o núcleo central da sua política para o aparelho militar, donde resultou que «à medida que o regime se apoiava no colonialismo, o colonialismo apoiava-se na guerra» (Santos, 1984: 16). Sem evolução militar possível, isto é, perdida a guerra, caiu o regime e com ele findou o longo ciclo colonial africano.

A ironia histórica a que me referi anteriormente — de que o primeiro poder colonial em África tenha sido também o último —, vai ficando esclarecida. Reside na história, que não se deve estudar para nos vermos livre dela, a sua explicação. Se o centro hegemónico se mostra indiferente ou mesmo avesso à colonização formal, se os restantes países capitalistas centrais, na sua avidez expansionista, a favorecem, pode legitimamente concluir-se que quanto mais débil economicamente o país colonial, maiores são as resistências que oferece à descolonização. Não pode no entanto resistir, como se disse, sem uma moeda de

troca em que se paguem os custos derivados dessa resistência. Estes podem ser, e são-no normalmente, custos elevados. Pode-se mesmo chegar a ter de pagar o custo de 13 anos de guerra colonial, gastar-se nela quase metade do orçamento anual, endividar progressivamente um país, reforçar os elos de dependência externa, mobilizar quase 15 por cento dos cidadãos em idade militar⁽³¹⁾. Enfim, pode mesmo chegar-se ao ponto de empenhar uma nação e um regime numa causa historicamente perdida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandre, Valentim (1979), *Origens do Colonialismo Português Moderno*, Lisboa, Sá da Costa.
- Almeida, Pedro R. (1979), *História do Colonialismo Português: África*, Lisboa, Estampa.
- Anderson, Perry (1961), «Portugal and the End of Ultra-Colonialism», *New Left Review*, 15, 16, 17.
- Arrighi, Giovanni (1973), «Labor Supplies in Historical Perspective: A Study of the Proletarianization of the African Peasantry in Rhodesia», in Arrighi, G. e Saul, John (orgs.) *Essays on the Political Economy of Africa*, New York, Monthly Review Press.
- Balandier, Georges (1951), «La Situation Coloniale: approche théorique», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, XI.
- Bender, Gerald (1978), *Angola under the Portuguese. The Myth and the Reality*, London, Heinemann.
- Bender, Gerald (1984), «Os requisitos prévios de ordem interna da política americana em Angola: História de um 'linkage'», *Economia e Socialismo*, 60.
- Bergesen, Albert e Schoenberg, R. (1980), «Long Waves of Colonial Expansion and Contraction», in Bergesen, A. (org.), *Studies of the Modern World-System*, New York, Academic Press.
- Bousquet, Nicole (1980), «From Hegemony to Competition: Cycles of the Core?», in Hopkins, T. K. e Wallerstein, I. (Orgs.), *Processes of the World-System*, Beverly Hills, Sage.
- Boxer, Charles (1969), *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*, London, Knopf.
- Braudel, Fernand (1979), *Le Temps du Monde*, Paris, Colin.
- Brunschwig, Henri (1960), *Mythes et Réalités de l'Impérialisme Français*, Paris, Colin.
- Clarence-Smith, W. G. (1979), «The Myth of uneconomic imperialism: The Portuguese in Angola», *Journal of Southern African Studies*, V, 1.
- Cooper, Frederick (1981), «Africa and the World Economy», *African Studies Review*, XXIV, 2/3.

(31) Em 1972, por exemplo, os Estados Unidos e a Inglaterra não ultrapassavam 6,1% e 4,3%, respectivamente.

- Duffy, James (1959), *Portuguese Africa*, Cambridge, Harvard University Press.
- Fortuna, Carlos (1984a), *On the Semiperipheral Zones of the World-Economy*, Universidade de Nova Iorque (Binghamton), Departamento de Sociologia (mimeo).
- Fortuna, Carlos (1984 b), *On the Novelty of New Imperialism: A Critical Assessment of two Paradigmatic Interpretations*, Universidade de Nova Iorque (Binghamton), Departamento de Sociologia (mimeo).
- Freund, Bill (1984), *The Making of Contemporary Africa: The development of African society since 1800*, Bloomington, Indiana University Press.
- Gallagher, John e Robinson, Ronald (1953), «The Imperialism of Free Trade», *Economic History Review*, 2.^a Série, VI.
- Godinho, Vitorino M. (1969), *L'économie de l'empire portugais aux XV^e et XVI^e siècles*, Paris, SEVPEN.
- Hammond, Richard (1966), *Portugal and Africa, 1815-1910: A study in uneconomic imperialism*, Stanford, Stanford University Press.
- Henige, David (1970), *Colonial Governors from the fifteenth century to the present*, Madison, The University of Wisconsin Press.
- Hopkins, A. G. (1973), *An Economic History of West Africa*, London, Longman.
- Isaacman, Allen e Isaacman, Barbara (1983), *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*, Boulder, Westview Press.
- Isaacman, Allen, Stephen, Michael, et. al. (1980), «Cotton is Mother of Poverty: Peasant resistance to forced cotton production, 1938-1961», *International Journal of African Historical Studies*, 13.
- Katzenellenbogen, Simon (1973), *Railways and the copper mines of Katanga*, Oxford, Clarendon Press.
- Kenwood, A. G. e Lougheed, A. L. (1983), *The Growth of the International Economy, 1820-1980: An introductory text*, London, George Allen & Unwin.
- Hobson, John A. (1965), *Imperialism: A study*, Ann Arbor, The University of Michigan Press (Re-edição do original de 1902).
- Kindleberger, Charles (1975), «The rise of free trade in Western Europe, 1820-1875», *The Journal of Economic History*, 35 (Março).
- Kondratieff, Nikolai (1929), «The static and the dynamic view in economics», *Quarterly Journal of Economics*, 39.
- Kondratieff, Nikolai (1935), «The long waves in economic life», *Review of Economic Statistics*, 17.
- Krasner, Stephen (1976), «State power and the structure of international trade», *World Politics*, XXVIII, 3.
- Landes, David (1969), *The Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Lenin, Vladimir (1939), *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*, New York, International Publishers (re-edição do original de 1917).
- Low, D. A. e Lonsdale (1976), «Introduction», *The Oxford History of East Africa*, Oxford, 3.
- Magdoff, Harry (1978), *Imperialism: From the Colonial Age to the Present*, New York, Monthly Review Press.
- Mandel, Ernest (1976), *Le Troisième Age du Capitalisme*, Paris, U.G.E. (tradução do original alemão *Der Spatkapitalismus*).

- Marcum, John (1972), *Portugal and Africa: The Politics of Indifference — A case in American foreign policy*, Syracuse University, Eastern African Studies, V, (mimeo).
- Maxwell, Kenneth (1985), «As colónias portuguesas e a sua descolonização», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15, 16, 17.
- Minter, William (1972), *Portuguese Africa and the West*, New York, Monthly Review Press.
- Newitt, Malyn (1981), *Portugal and Africa: The last hundred years*, London, C. Hurst & Co.
- Oliver, Roland e Fage, J. D. (1962), *A Short History of Africa*, Harmondsworth.
- Penvenne, Jeanne (1979), *Forced Labor and the Origin of an African Working Class: Lourenço Marques, 1870-1962*, Boston University, Working Papers, 13.
- Rathbone, Richard (1978), «World War I and Africa: Introduction», *Journal of African History*, XIX, 1.
- Robinson, R., Gallagher, J. e Denny A. (1961), *Africa and the Victorians: The Official Mind of Imperialism*, London, Macmillan.
- Santos, Boaventura S. (1982), «O Estado, o Direito e a Questão Urbana», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 9.
- Santos, Boaventura S. (1984), «A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal, 1974-1984», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14.
- Santos, Boaventura, S. (1985), «O Estado e a Sociedade na Semi-periferia do sistema mundial: o caso português», comunicação ao colóquio «As Mudanças Sociais em Portugal», Lisboa (Março), a publicar em *Análise Social*.
- Smith, Alan K. (1974), «António Salazar and the reversal of Portuguese colonial policy», *Journal of African History*, XV, 4.
- Torres, J. L. (1967), «Some settlement schemes in the Gaza district of Southern Mozambique», *South African Journal of Economics*, 35.
- Vail, Leroy (1976), «Mozambique's Chartered Companies: The rule of the feeble», *Journal of African History*, XVII, 3.
- Vail, Leroy e White, Landeg (1978), «'Tawani Machambero': Forced Cotton and Rice Growing on the Zambezi», *Journal of African History*, XIX, 2.
- Vail, Leroy e White, Landeg (1979), «The Struggle for Mozambique: Capitalist Rivalries, 1900-1940», *Review*, III.
- Vail, Leroy e White, Landeg (1980), *Capitalism and Colonialism in Mozambique: A study of Quelimane district*, London, Heinemann.
- van Onselen, Charles (1976), *Chibaro: African Mine Labour in Southern Rhodesia, 1900-1933*, London, Pluto.
- Vidrovitch, Catherine C. (1970), «De l'imperialisme britannique a l'imperialisme contemporain: l'avatar colonial», *L'Homme et la Société* 18.
- Wallerstein, Immanuel (1976), «The Three Stages of African Involvement in the World-Economy», in Gutkind, Peter e Wallerstein, I. (orgs.) *The Political Economy of Contemporary Africa*, Beverly Hills, Sage.
- Wallerstein, Immanuel (1979), *The Capitalist World-Economy*, Cambridge e Paris, Cambridge University Press e Maison des Sciences de l'Homme.
- Warren, Bill (1980), *Imperialism: Pioneer of Capitalism*, London, New Left Books.
- Wehler, Hans-Ulrich (1970), «Bismarck's Imperialism, 1862-1890», *Past and Present*, 48.